

Edmund Burke e a História

Edmund Burke and History

HIAGO MAIMONE DA SILVA REBELLO*

Resumo: Se Burke ganha fama pela sua refutação ao jacobinismo e por suas denúncias contra a violência do processo revolucionário francês, é preciso lembrar que sua voz só foi erguida através bases sólidas como as fundações de um edifício a partir do tipo de reflexão que só pode surgir através da pesquisa da experiência de outros tempos baseada no *estudo do passado*. A relação a ser tratada aqui não será a de um autor qualquer e seu livro de história geral, mas sim com a História em si. O estadista irlandês não teria produzido suas obras mais famosas sem a interação hierárquica entre seus estudos históricos que derivam em uma autêntica *Teoria da História* norteadora.

Palavras-chave: Edmund Burke. Teoria da História. História Moderna. História das Ideias. Historiografia.

Abstract: If Burke is famous for his refutation of Jacobinism, and for his denunciations of the violence on the French revolutionary process, it is necessary to remember that his voice was only raised through solid foundations, like the foundations of a building, from the type of reflection that only it can arise through the investigation of the experience of other times from the *study of the past*. The relationship to be dealt with here will not be that of any author and his general history book, but with History itself. The Irish statesman would not have produced his most famous works without the hierarchical interaction between his historical studies that derive in an authentic and guiding *Theory of History*.

Keywords: Edmund Burke. Theory of History. Modern History. History of Ideas. Historiography

* Hiago Maimone da Silva Rebello é mestre e doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: hiagorebello27@gmail.com

*Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis.*¹
Cícero, *De Oratore*, II, 36. Século I a.C.

Reflexões sobre a Revolução na França é o trabalho de maior impacto de Burke. Não apenas abalou parte do mundo ocidental em sua vida, como também tocou consideravelmente a literatura política após sua morte, no transcorrer dos séculos XIX e XX. Não é por coincidência que o autor, como antirrevolucionário, sobreponha o mesmo autor como historiador. Edmund Burke foi um crítico, mas tinha um gabarito e uma base de historiador. Se sua filosofia política e se suas análises da sociedade possuem alguma afinidade de causa e efeito, é a do historiador que influencia o político, o crítico, o filósofo. É a fonte do passado que inspira e molda as considerações sobre os povos do presente e como suas nações e instituições existem – é necessário, portanto, um trabalho que mostre como sua posição enquanto historiador irá impactar toda sua obra.

No ambiente brasileiro, essa sobreposição de obras ainda é mais evidente: desde o século XIX, Burke é traduzido, na densa maioria das vezes, apenas em seus escritos sobre estética e sobre a revolução – sua única obra *crítica* integralmente traduzida em todo território nacional até hoje ainda é justamente a *Reflexões sobre a Revolução na França*². Por isso, será extremamente oportuno resumir suas obras que toquem na História antes de comentar mais profundamente sobre Burke e sua relação com a mesma³.

Contudo, o autor percorreu um caminho não apenas intelectual, para chegar até onde chegou. Esse trajeto, antes mesmo de ter um início, possui um chão no qual se enquadra, e essa base nada mais é do que sua própria vida. Se *E. H. Carr*⁴ nos ensinou algo precioso a

1 *A História, de fato, é testemunha do tempo, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira da antiguidade* (tradução nossa).

2 A trajetória de Burke dentro do território brasileiro é muito bem tratada em um artigo de Christian Lynch, anexado ao livro *Edmund Burke: redescobrimo um gênio*, de Russell Kirk; LYNCH, Christian. *O caleidoscópio conservador: A presença de Russel Kirk no Brasil*. IN: KIRK, Russell. Edmund Burke: redescobrimo um gênio, 1. ed., São Paulo: É Realizações, 2016. Ainda há a nova edição de trechos compilados de Burke por José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu (1756-1836), publicada quase duzentos anos após a primeira publicação pelo *Clube Ludovico* e pela *LVM*, em 2020.

3 Graças a ausência de publicações no Brasil, todas as traduções utilizadas neste capítulo, a exceção dessa obra, serão por minha conta. No Brasil, enquanto historiador, Burke é um desconhecido.

4 *Edward Hallett Carr* (1882-1982) foi um famoso e importante historiador inglês do século passado. Suas obras se notabilizam pela Teoria da História e pela História da União Soviética, assunto que rendeu quatorze volumes em seu *History of Soviet Russia*.

respeito dos historiadores foi a dependência mútua entre a *objetividade* de suas fontes e a *subjetividade* de suas vidas e de seus meios. O estudo da História não poder ser escrito com imparcialidade total mas, ao mesmo tempo, não é totalmente dependente do estudioso, no qual uma veracidade, total ou parcial, está sujeita a diversidade e quantidade das fontes e ao indivíduo que as analisa.

Nenhum historiador está apartado de seu *objeto*, este que se *objeta* ao seu sujeito, assim como o mesmo sujeito não pode escrever História sem deixar de ser ele mesmo, um indivíduo constituído, ou seja: sem suas próprias marcas que são criadas por sua época, sua vivência, por seus valores, por sua religião, suas crenças políticas, sua filosofia e até mesmo sua opinião (CARR, 1990, p. 7-30). Ninguém se abstrai dessa regra.

As vias que levam Burke a ter seu pensamento histórico são justamente, de modo geral, de sua vida. Nascido na Irlanda, criado em uma família que continha católicos, sua mãe e irmã, e protestantes anglicanos, viu de perto a perseguição e o preconceito religioso; observou a negação de posições políticas e no funcionalismo público aos católicos, ao quase total silenciamento da mitigada aristocracia e das formas de poder tradicionais irlandesas; assistiu aos cortes e às negações dos antigos sistemas políticos, religiosos e hierárquicos implementados por estrangeiros – também viu as reações extremadas dos irlandeses em resposta ao poderio inglês.

Em sua formação intelectual, teve contato com os autores clássicos da Filosofia e da historiografia da Antiguidade, que o influenciaram profundamente no modo de encarar a História (KIRK, 2016, p. 147; SATO, 2016, p. 302). Pode-se notar, em suas críticas contra o progressismo francês, as notas de um Cícero inspirado em Tucídides a respeito de a História ser uma *Mestra da Vida*. Já na idade adulta, aos dezenove anos, se torna escritor e editor do periódico *The Reformer*; em 1750, vai até Londres estudar e tentar firmar carreira como advogado, e lá conhece, dois anos mais tarde, seu futuro editor, Robert Dosley (1704-1764), que, por sua vez, o apresenta a quem o irá pôr dentro da carreira política, o primeiro conde de Charlemont, William Gerard Hamilton (1729-1796).

Sua entrada no mundo político é feita, portanto, através do mundo literário. No entanto, antes mesmo de sua introdução na carreira política como um *homem das Letras*, já havia publicado uma obra

que denunciava sua visão do passado. Em 18 de maio de 1756, Burke publica anonimamente o título *A Vindication of Natural Society* (*Uma Vindicação da Sociedade Natural*) em resposta ao primeiro Visconde de St. John, Henry Sto. John de Bolingbroke (1678-1751). O visconde defendia uma visão moral e religiosa deísta firmemente centrada no que considerava ser uma religião “natural”, superior e diferente dos artificialismos criados pelas instituições religiosas até então (senhoras de inúmeros massacres, crimes e mentiras), e baseada meramente nos instintos e no juízo privado.

A resposta ao aristocrata foi irônica, apontando para as consequências de se ter uma sociedade “natural” (leia-se, primitiva) dentro do próprio corpo político do reino a que serviam. Se o primitivismo deísta de Lorde Bolingbroke servia para invalidar as religiões, então os mesmos princípios poderiam servir para julgar a própria política. Tal resposta se pautava em como a *experiência histórica* era a verdadeira força formadora, organizadora e conservadora das estruturas políticas contemporâneas – e, a reboque, também as religiosas⁵.

O texto é claro em sua erudição, demonstrando nitidamente o nível de conhecimento histórico do autor, em que não apenas eventos são expostos, mostrando que Burke já possuía noções de temporalidade e de mudanças (ou avanços) históricas gerais; mas também contém uma nítida atenção em relação ao peso substancial do passado feito pelos Homens, ou seja, da mesma *artificialidade* humana criticada pelo Visconde, esta que caracteriza nossas instituições, crenças e sistemas de governo.

A ironia do texto é cortante: se o “estado natural” do homem fosse a bússola suprema para todos os modos de organização social e se o mesmo estado tangesse os regimes políticos ou até mesmo a aplicabilidade e a existência das leis, deveríamos, então, deixar tudo o que nos foi herdado para trás em nome de uma moralidade primitiva – afinal, todas as nações do passado ou do presente só conseguiram se manter no mundo através da violência. Burke traça essa característica desde o que nós chamaríamos de paleolítico, passando pelas primeiras civilizações no Oriente Médio e na África, com o Egito, indo até a Grécia Antiga, transitando pelas monarquias orientais, chegando até

5 BURKE, Edmund. *A vindication of natural society*. in: The Works of the right honorable Edmund Burke, v. I. 5. ed., Londres: BOHN'S BRITISH CLASSICS, 1856, p. 47.

Roma e a formação dos reinos europeus (estes ainda em vigor, em sua época) na Idade Média.

Todas as modalidades de governo também seriam tirânicas. As monarquias seriam apenas despotismos que seguiriam a mera vontade e ambição do monarca; exemplos não faltariam, principalmente entre os primeiros imperadores romanos. As aristocracias também não iriam além, sendo apenas fazedoras de escravos, com nobres controlando todos de acordo com seus jogos de interesse comum; as democracias, com suas multidões no comando, apenas conseguiram escravizar o povo comum em nome dele mesmo, tendo uma população tão soberba quanto um tirando. Homens martirizados pela democracia não faltariam: *Anaxágoras* (o pai dos conceitos-chave da química), *Sócrates* (o pai da Filosofia), entre outros. O mero arranjo social através dos sistemas legais e dos modos de se julgar as causas estaria em jogo: tudo não passaria de uma artificialidade hipócrita para o mais forte dobrar o mais fraco, no qual o dinheiro para arcar com a defesa determinaria a vitória judicial em um processo. As condições sociais também denunciariam essa injustiça, pois ricos e pobres estariam em um ciclo de exploração e infelicidade, em que ambos sofreriam; os partidos políticos (no sentido de *facções*) seriam danosos, pois as matanças ocasionadas nas transições revolucionárias⁶ nada mais eram do que a substituição sangrenta de um regime danoso por outro tão injusto quanto. Se as religiões necessitam ser abandonadas por seus erros passados, então todo o resto também precisa. Se todo o passado for abandonado em nome da moral, então nada restaria.

Após o *Vindication*, Burke se atrela ainda mais com a História, já que, um ano mais tarde, publica, com seu parente William Burke (1728/1730-1798), uma duologia sobre a História da colonização das Américas, *An Account of the European Settlements in America* (*Um Relato dos Assentamentos Europeus na América*), e inicia a incompleta obra *An Essay Towards an Abridgement of the English History* (*Um Ensaio para um Resumo da História Inglesa*), que só viria a ser lançada em 1811.

6 Aqui temos que ter a noção de que “Revolução”, para o Burke da década de 50 do séc. XVIII, não tem a mesma implicação que após a Revolução Francesa, em 1789. “Revolucionar”, na literatura política da época, é uma palavra emprestada da terminologia *astronômica*; era uma alegoria a revolução dos astros através do ano. Desde Aristóteles, ao menos, tinha-se a ideia de que uma “Revolução” política nada mais era do que o rearranjo natural entre monarquia, aristocracia, república, etc., com a corrupção de cada uma gerando outra em seu lugar e, assim, *revolucionando* o quadro político dentro de uma nação.

Esses dois livros já demonstram uma marca constante na vida intelectual do autor: a importância dos costumes, das tradições e das religiões na composição de uma sociedade. Seus estudos sobre as Américas visam percorrer ao máximo o histórico de processos e eventos que levaram aos europeus a conquistarem um continente inteiro. Os Burke dividem essa empreitada, rara em seus tempos, em dois volumes, e o primeiro busca tratar sobre o que levou aos europeus a colonizarem o Novo Mundo, dos modos (*manners*) das populações indígenas, das colônias espanholas e portuguesas; o segundo continua da mesma forma, porém focando mais nas colônias francesas, holandesas, dinamarquesas e inglesas.

Tal obra⁷ é extensa e percorre uma vasta gama de assuntos, épocas, culturas e povos. É o único trabalho historiográfico concluído por Burke, o único de um grande fôlego, de modo que, *em nome da economia de páginas*, além de não ser de sua autoria integral, deverá ser tratada de modo mais pontual.

De início, no entanto, os autores se atentaram ao estudo *da Europa*, antes das Grandes Navegações terem sido efetuadas. Os teóricos percorrem a política de cortes da Península Ibérica, por exemplo, bem como as existentes em outras partes da Europa. Se houve uma história da colonização, houve um *precedente* a essa mesma História.

Houve uma extraordinária coincidência de eventos no tempo em que a descoberta da América foi feita. Uma das principais [descobertas] foi a invenção da imprensa, a da pólvora, o melhoramento da navegação, o renascimento dos estudos da Antiguidade e a reforma; todos esses conspiraram para mudar a face da Europa inteiramente. Nesse tempo, as principais monarquias começaram a se tecer [*began to knit*] e a adquirir força e a tomar forma que elas têm nos dias de hoje (BURKE, 1770, p. 2-3).

O processo, como o texto acima pode apontar, começa em meio a uma gama de coincidências que irá caracterizá-lo. Os hábitos políticos da Europa irão ditar como essa conquista do Novo Mundo

7 Já existiu uma contestação sobre a autoria de Edmund Burke. Essa disputa, no entanto, foi resolvida, dada a presença de certas características próprias de Edmund na obra, sendo seu parente, William, mais focado em aspectos econômicos (já que almejava cargos relacionados a administração comercial no Novo Mundo) e Burke nos mais culturais (LOCK, 1998, p. 127).

será operada, assim como a situação histórica e política dos principais países da colonização.

Os Burke, porém, não deixam de dar um enfoque cronológico ao seu objeto de estudo. As viagens ultramarinas projetadas por Cristóvão Colombo (1451-1506) e consistiram uma empreitada que levou os desbravadores europeus até os Caribes, à fundação da primeira cidade espanhola e à descoberta de vários arquipélagos e ilhas maiores na região. Os dramas e as condições durante a aurora da colonização também são pontuados: a rebelião, a guerra com os indígenas, o retorno de Colombo, assim como a importância crucial da economia local. Colombo ocupa boas páginas e outros descobridores, como Américo Vespúcio (1454-1512), são abordados com a personalidade de todos sendo considerada, mostrando como as conquistas e as crueldades efetuadas pelos espanhóis foram contraditórias.

A dupla de autores segue com a expedição de Hernán Cortés (1485-1547), abordando também sua própria pessoa, passando pela fundação da cidade de Vera Cruz, sua expedição até Tenochtitlán, sua traição a Montezuma (1466-1520) e o massacre que a capital do Império Asteca enfrentou. A conquista do México, para os Burke, foi permeada pela crueldade – tortura e assassinato fizeram parte do roteiro espanhol na invasão da região. Os escritores chegam até mesmo a demonstrar simpatia pelos imperadores e pelo povo que os espanhóis dominaram.

Essa indignação com a violência e o regicídio também se transparece com a conquista do Peru. O Império Inca é destruído por Francisco Pizarro (1478-1541) e Diego de Almagro (1475-1538), sendo anexado ao novo e crescente Império Colonial Espanhol. Os Burke relatam as desgraças necessárias para tal colonização, as mentiras e os golpes traiçoeiros dos empreendedores desse incursão contra Atahualpa (1500-1533), um monarca culto, e bom governante. Também dedicam algum espaço para tratar de como o exército inca é finalmente derrotado e, também, falam do final sangrento de Almagro, que entrara em uma guerra civil contra o próprio Pizarro, sendo executado.

Contudo, nem todas as ações espanholas nas colônias foram negativas: Burke elogia com grandeza as atitudes de Cristóbal Vaca de Castro (1492-1566) e de Pedro de la Gasca (1493-1567), sendo o primeiro um aristocrata por excelência, vindo de boa família e indicado por sua aptidão, não por uma amizade ou por influência dentro da corte. Vaca de Castro, contrariando em grandiosa medida com os conquistadores

anteriores, foi um bom administrador, indicando um clero que estava mais atento na conversão pela conversação do que pelo amor ao ouro indígena; fundou cidades, escolas, educou os nativos – “os espanhóis [no caso, os seguidores de Pizarro] foram reduzidos a uma completa sujeição, e os índios tratados por eles como companheiros [*fellow-subjects*]” (Ibid., p. 161). Pedro de la Gasca também seguiu a mesma linha de Vaca de Castro e suprimiu os partidos de Pizarro no Peru recém colonizado.

A religião também teve um território importante no lado positivo da colonização. O projeto de evangelização da ordem dos jesuítas foi único e, para os autores, o ideal a ser copiado pelos europeus em qualquer expansão (Ibid., p. 279-280; 285-286), pois era pacífico, procurando ensinar religião, ciência e civilidade acima de qualquer outra coisa.

O texto é entrecortado entre capítulos e subcapítulos que procuram ajudar ao leitor a entender como essa conquista de um continente se operou. Se os ímpetus e as vantagens dos europeus foram cruciais para tal empreitada, assim também foram as condições naturais dos territórios conquistados, os seus climas, os bens naturais explorados pelos nativos e igualmente pelos invasores, a topografia, e também a *cultura*. O que os Burke chamam de *manners*⁸ pode ser interpretado como cultura em vários casos de sua obra, e a segunda parte de seu primeiro livro tem uma atenção especial para essa característica.

Após as passagens sobre os descobrimentos, suas atenções são, em primeiro lugar, voltadas para os indígenas da América espanhola em suas aparências, seus temperamentos e seus hábitos. É descrito que a educação dos nativos é majoritariamente voltada para a guerra e a caça, para um estilo de vida duro, enquanto a agricultura é direcionada às mulheres; de acordo com os autores, “todos eles formam uma imagem chocante da mais distante antiguidade” (Ibid., p. 167). O caráter dos nativos é guinado pelos mais velhos, que os preparam para a vida; a hospitalidade é algo importante na sociedade e a religião tem uma grande parte nesse quadro. Há poucos templos, a exceção dos povos mais civilizados do Peru e do México, e a ideia que se tem de Deus geralmente é precária. Suas cerimônias são descritas, assim como a importância da previsão do futuro e do sacerdócio.

8 Achei preferível traduzir esse termo como “modos”, pois fica mais fácil para um leitor, cuja língua materna é o português, absorver o tema sem um contraste grande que a tradução literal, que é “maneiras”, pode ter.

A organização política também é considerada, bem como a importância das festas, dos seus modos de se proceder com a justiça, seus hábitos de casamento, o cuidado com os mortos e até mesmo uma parte é dedicada à história da mulher indígena. Após a colonização, no caso da América espanhola, também é destacada a divisão da sociedade em negros, brancos e índios, bem como a participação do clero dentro das colônias já estabelecidas e as características do governo civil. A produção econômica e o comércio são salientados e todas as principais cidades das colônias espanholas são tratadas.

Quanto à América portuguesa, isto é, o Brasil, os Burke procuram primeiramente explicar a história da forma com que os portugueses colonizaram o litoral. Para os autores, a descoberta do Brasil foi um mero acidente, em que um novo continente sequer era a meta dos descobridores. A corte portuguesa não se importou muito com o início da colonização, mandando criminosos para as colônias, o que tornou a manutenção colonial difícil. O texto também dedica atenção para a situação política na Europa: a cruzada empreendida por Dom Sebastião I (1554-1578), seguida por sua morte, fez com que uma crise de sucessão se abatesse no reino, gerando a união com o reino da Espanha, o que ocasionou as invasões holandesas ao Brasil quando o império espanhol entrou em guerra contra a Holanda.

Os teóricos, mais uma vez, enfatizam o clima, o terreno e a principal matéria-prima de exportação: a madeira. Também é apontado que na América portuguesa ocorre a primeira introdução de negros no continente, assim como versam sobre a colonização do rio Amazonas e do Rio de Janeiro, e a expansão para dentro do continente devido às minas de ouro. Ainda na parte econômica da história brasileira, versam sobre como Portugal geria o comércio e as frotas de Salvador, a capital. Os modos dos povos da América portuguesa não são favoráveis; seriam efeminados, luxuriosos, criminosos e cruéis, em grande parte. Assim, os Burke comentam que os negros escravos acabaram por se corromper nesse cenário, sendo utilizados para maldades e vinganças por seus donos. Esse cenário negativo, porém, não poderia ser o resumo total de todo o país, sendo mais comum em lugares onde o clima impulsionaria essas mazelas, tendo o Rio de Janeiro e as capitais mais ao Norte como exceções.

O segundo volume da obra se volta para as colônias francesas, inglesas, holandesas e dinamarquesas nas Américas. Como de costume,

as cortes europeias e seus interesses no desbravamento do Novo Mundo são as primeiras coisas a serem apontadas; iniciando pelos franceses, são abordadas as guerras civis da França e a majestosa política econômica de Jean-Baptiste Colbert (1619-1683), responsável por colocar o reino de volta aos trilhos da riqueza. A atenção dada ao Cardeal Richelieu (1585-1642) é marcante: este foi o homem que, com seu extenso saber e habilidade, encorajou a colonização, mandando administradores e clérigos (ainda que não muitos) às colônias, fomentando o comércio e a exploração das terras. Após sua morte, no entanto, tais regiões foram mal cuidadas.

A destruição da Colônia de Saint Christopher pelos espanhóis e a onda de pirataria causada pelos colonos franceses expulsos também é um tema. Os bucaneiros, em vingança, atacaram e pilharam boa parte do Caribe Espanhol, aliando-se aos ingleses e holandeses no processo. A guerra, porém, deu vantagens às colônias, fazendo-as prosperar e crescer. Os irmãos Burke também fazem uma descrição das terras de Martinico e Guadalupe, assim como outras ilhas, dando atenção para a produção existente nesses locais. Como expõe o texto: “O solo é frutífero o suficiente, abundando nas mesmas coisas que nossas ilhas, naquela parte do mundo, produzem [...]. O açúcar está aqui, assim como em todas as ilhas, a principal *commodity*, e grandes quantidades são ali feitas” (Ibid., p. 19).

Com relação à América do Norte francesa, para além do clima, são mostradas as descrições gerais das principais cidades e edifícios das colônias. Os modos também são discutidos, bem como a interação com os nativos. Ao tratar dos domínios holandeses e dinamarqueses, o autor os aborda, de modo resumido, dada a diminuta dimensão que as colônias da Holanda e Dinamarca terão, com algumas ilhas, mas ainda versa do comércio desses locais.

A parte dedicada à exploração inglesa é, sem dúvidas, a mais extensa. Nela, como em todas as outras, existem descrições, porém com mais detalhes em cada província colonial no Caribe e na América do Norte – em especial esta última. A importância do rum e do açúcar na economia caribenha, bem como da madeira, do tabaco e do tráfico de escravos é colocada para explicar a composição e as dinâmicas gerais desses locais. Contudo, também é falado do terremoto de 1692,

das disputas políticas dentro do governo e, ainda, do caráter das taxações nas colônias.

Os Burke comparam, ainda, os projetos coloniais e as atitudes em relação a estes. Aos ingleses, se reconheceu o singular tratamento dado às Treze Colônias da América do Norte, como a liberdade de expressão e a liberdade de propriedade⁹. Os autores mantêm interesse nas características que *dividem* as Treze Colônias: a religião é a principal delas, dado o passado religioso da colonização pelos puritanos, com estes compondo o fermento de fortalecimento e de crescimento das comunidades coloniais, mas também os caracterizando individualmente.

Os autores chegam até mesmo a expor a História da Bruxaria e como ela se espalhou com alguma força no Novo Mundo britânico. O acontecimento de Salém é notável: mulheres inocentes foram acusadas feitiçaria, o que apenas acalorou a irracionalidade popular e condenou mulheres através de provas fracas (Ibid., p. 155-162). A mesma fórmula de detalhamento e atenção é dada ao Canadá, incluindo os conflitos com os franceses na região.

Já em seus textos visando a história da Inglaterra, Burke não apenas escreve um resumo simples e básico. Seu trabalho, ao menos até onde o quis escrever, separa muito bem as temáticas em temas gerais, específicos e subtemas ao decorrer das páginas. Por ser justamente um resumo e uma obra incompleta e, agora, ser da pena exclusiva de Burke, sem mais nenhuma coautoria, será vantajoso tratar dela por inteiro.

Dividida em três livros¹⁰, a obra não foca apenas em uma história cronológica, política ou militar, ou seja, pontuada pelos grandes indivíduos de cada período histórico e nos grandes eventos no decorrer do tempo. O autor trata, sim, de política, mas também discorre sobre o progresso técnico, institucional, nas características da religião das sociedades tratadas, das leis, das personalidades dos líderes, da economia, da agricultura, do saber e, igualmente, na *cultura* – todos esses temas estão *correlacionados*, não sendo individuais em seus alcances nas so-

9 BURKE, E.; BURKE, W. *An account of the European settlements in America*, v. II. 3. ed., Londres: J. Dodsley, 1750, p. 56-57.

10 É importante frisar que, no tempo de Burke (e também bem antes), livros não eram organizados como na maioria das edições atuais. Um tomo era composto de algumas ou várias obras, estas que eram divididas em capítulos. Hoje, na maioria dos casos, chamamos um *tomo de livro* e normalmente o dividimos em capítulos.

iedades tratadas. São, antes de tudo, fluídos dentro das composições sociais que moldam as temáticas estudadas.

Começando justamente pelo *início*, já vemos a percepção metodológica de como se deve tratar e investigar o curso das sociedades no tempo. Burke aborda o começo da História Britânica em sua raiz mais primitiva: a pré-história humana¹¹. Divide-se o continente europeu entre o Norte e o Sul, e assinala como a geografia influenciaria as condições necessárias para o desenvolvimento dos povos no mundo¹², algo que os guinará com uma força notável: “Os limites são marcados pela Natureza, e nesses tempos primordiais eram ainda mais distinguidos por uma considerável diferença nos modos [*manners*] e costumes [*usages*] das nações que eles dividem” (Ibid., p. 159).

Esse “estado primitivo” da humanidade, porém, ainda era caracterizado por sua igualdade tribal na parte Norte da Europa. Burke denomina esses povos como os “citas”, estes que viveriam em ciclos de violência bárbara, com cada tribo dominando e perecendo. Aqui, com efeito, já vemos novamente o peso que Burke põe nos modos (*manners*) sobre qualquer arranjo político e militar por si, pois se os citas faziam “revoluções no império, não tinham nos modos” (Ibid., p. 160).

Todo progresso nos modos e costumes marcará a historiografia burkeana. Assim como os ressaltou com louvor para os povos pré-colombianos, fará o mesmo com todo o percurso que levará até a formação do reino inglês e a continuidade deste; portanto, ele além sua atenção ao Sul da Europa, pois, através do contato com os fenícios, egípcios e outros povos da Ásia, surgiriam as grandes fontes da civilidade e do saber (Ibid., p. 160-161). O clima também era mais propício e, malgrado lugares como as penínsulas itálica e grega fossem invadidos por gauleses, conseguiram prosperar. Tendo colocado as bases explicativas de desenvolvimento e mudança na Europa, parte para o estudo dos primeiros povos da Grã-Bretanha através dos conquistadores romanos do Sul – vale dizer que, até hoje, a maioria dos relatos desses povos celtas vêm dos romanos.

11 O termo *pré-história* é polêmico para dizer o mínimo, pois ainda carrega (em sua “palavra pura”, digamos) a antiga e refutada ideia de que a História é iniciada pela escrita; a palavra também não aparece no texto burkeano, mas a noção de um marco primitivo no desenvolvimento humano é claramente notada. Uso a expressão, porém, graças à convenção ainda viva que ela possui na Historiografia e Paleontologia, nas quais perde o significado anterior e limitador, ainda que mantenha seu nome.

12 BURKE, Edmund. *An Essay Towards an Abridgement of the English History*, IN: *The Works of the Right Honorable Edmund Burke*, v. VII, 15. ed., Boston: Little, Brown and Company, 1877, p. 160-162.

São das invasões promovidas por Cézar que vemos, pela primeira vez, alguma atenção mais direta ao objeto estudado pelo autor. A vitória de Roma na anexação da Gália (empreitada gerada pelo espírito de grandeza do povo romano), para Burke, foi o pivô para as invasões da Germânia e dos países do Sul da Grã-Bretanha, já que os romanos “confiaram que os bretões, de seu próprio sangue (N.T: isto é, sangue celta, dos gauleses), aliados em seus modos e religião, cuja ajuda eles tinham experimentado ultimamente, não estariam esperando para a mesma causa” (Ibid., p. 163) que derrubou os gauleses.

Pelas fontes romanas, o primeiro fator levantado foi a causa do surgimento dos povos em locais mais ao Norte. A migração, impulsionada pela guerra, teria espalhado os Homens ao redor do globo, onde a produção agrícola desenhava o quadro da sociedade da época. Os bretões, como todos os povos primitivos, eram majoritariamente dependentes do trabalho (*occupations*) no campo e nas florestas, o que, em certo prazo, trouxe conhecimentos para o povo em geral (Ibid., p. 171), mas também os travavam em seus desenvolvimentos, principalmente quando a guerra também era um fator crucial em seus modos – Burke chega até mesmo a comparar os antigos habitantes da ilha com os povos indígenas da América do Norte, onde a falta de sedentarismo, o estilo econômico e as guerras incessantes mantinham seus povos como os bretões primitivos (Ibid. 171-173).

A principal característica que compunha a sociedade, no entanto, era a *religião* – seus estudos sobre o passado se concentraram em certos eventos marcantes na história dos celtas da Grã-Bretanha para constatar o grande peso exercido pela religião. Essa característica pode ser apontada em todos os seus estudos subsequentes, pois o elemento religioso é o que forma a liga do entendimento de mundo para a sociedade e o que cria e concretiza os modos e os costumes dos povos.

No caso dos celtas, além de descrever o lugar e papel dos druidas na sociedade e em como eles desempenhavam um lugar proeminente nas políticas tribais, na astronomia, na medicina, nas leis, na formação dos jovens e nos ritmos das populações, Burke demonstra como a religião organiza a sociedade: as disputas eram resolvidas pelo povo; seus sacrifícios religiosos orientavam e apaziguavam os ânimos; tinham o poder de “excomunhão”, eram árbitros entre reinos. Os bardos, uma classe de druidas, criavam uma tradição musical, compondo versos que Burke compara com os de Pitágoras, Focílides

e Orfeu; tinham um “Alto Druida”, eleito por seus pares; acreditavam na imortalidade da alma e em sua transmigração. Seus ritos de enterro também são descritos, nos quais o autor mostra como o povo cuidava das almas para a vida após a morte. Ainda, suas práticas religiosas foram consideradas como similares a outros tipos de politeísmos (Ibid., p. 175-182).

Os objetos de adoração druídica [*Druid worship*] eram muitos. Nesse respeito, eles não eram diferentes de outros pagãos: mas é necessário reconhecer que, no geral, suas ideias de assuntos divinos eram mais exaltadas do que aquelas dos gregos e romanos, e eles não caíram na idolatria tão vulgar e grosseira. Que seus deuses [os gregos e romanos] deveriam ser representados sob a forma humana, da qual eles pensavam ser depreciativa para seres incriados e imperecíveis (...). Nessas particularidades havia algo refinado e adequado o suficiente para uma justa ideia de Divindade (Ibid., p. 182).

Burke, contudo, julga as práticas de veneração ou adoração a objetos inferiores do mundo natural como inferiores e supersticiosas. O culto aos elementos e aos carvalhos era algo considerável entre os bretões; de modo geral, todas as florestas também tinham um lugar no sagrado, com algumas plantas sendo consideradas sagradas e sua medicina, de fato, era o mesmo que magia; serpentes eram adoradas, assim como algumas pedras (Ibid., p. 182), e o povo prestava muita atenção no movimento dos pássaros e do clima para os presságios, e também mostra que faziam sacrifícios de animais (Ibid., p. 182-188).

Essa ênfase maior no texto a respeito da religião e nos modos (*manners*) marca, novamente, uma hierarquia de importâncias a serem abordadas em um texto histórico. O autor atesta o seguinte:

Porém, a despeito de algumas aparências e práticas peculiares, é impossível não perceber a grande conformidade entre isso e as antigas ordens que foram estabelecidas para os propósitos de religião em quase todos os países. Para dizer nada que se assemelhe ao que muitos tinham traçado entre este e o sacerdócio judeu, o mago [*Magi*] persa e os brâmanes indianos, não se diferiu muito do sacerdócio romano, ou dos objetos originais do modo geral

de adoração, ou na constituição de sua hierarquia. Na instituição original, nenhuma dessas nações teve o uso de imagens; as leis sálicas [*the rules of the Salian*], assim como a disciplina druida, eram entregues em verso; ambas as ordens estavam sob uma cabeça eleita; e as duas foram por muito tempo as advogadas de seus países (Ibid., p. 189).

Essa característica fundamental do religioso se demonstrará justamente na bem-sucedida invasão romana no século I d.C., promovida pelo imperador Cláudio (10 a.C-54 d.C) após os fracassos de César no século anterior e de Calígula (12-41), poucos anos antes. Se é fundamental ressaltar as estratégias, as armas e o modo como as legiões imperiais atuavam na guerra, também, segundo o autor, será muito importante verificar como os romanos se chocaram com os modos celtas no decorrer da invasão.

Na parte mais prática, é acentuado justamente a vitória romana através do legado¹³ de Aulo Pláucio, em que as áreas ao Sul do Tâmisia foram conquistadas, facilitando a entrada de suprimentos e tropas; Ostório Escápula (15 D.C-52 D.C), sucedendo Pláucio, também foi responsável pelo avanço romano na região, bem como por arranjar alianças entre certas tribos britânicas e coloca-las sob o jugo romano (Ibid., p. 191-194). Essas invasões permaneceram triunfantes, porém pouco foi feito, por mais ou menos seis décadas, até o imperador pôr Suetônio Paulino (41-69) no cargo de governador da Britânia. É nesse momento que Burke mais uma vez enfatiza, na história, a monumental influência da religião nos costumes de um povo e como estes podem abalar toda uma nação.

Diante das resistências nativas, ainda que vencidas na batalha de *Caer Caradoc* (50 d.C) pelo governador Escápula, era preciso dar um golpe mortal nos britânicos. A ordem da mentalidade celta no Sul da ilha necessitava ser abalada. Suetônio Paulino não iria mirar todas as suas forças apenas nas linhas de suprimento, nas unidades militares inimigas ou mesmo nos chefes tribais.

Ele, portanto, resolveu cometer tal golpe na cabeça que, com certeza, tanto sustenta todas as partes inferiores. A ilha então chamada de Mona, agora Anglesey, naquele tempo era a principal

13 Um legado romano (*legatus romanus*) era uma espécie de general.

residência dos Druidas. Aqui seus conselhos eram assegurados, e suas ordens [*commands*] eram, portanto, dispersadas entre todas as nações britânicas. Paulino propôs, ao reduzir esse sítio sagrado favorito, destruir, ou ao menos enfraquecer imensamente, o corpo dos druidas, terrivelmente extinguir os atores principais [*the great actuating*] de todo povo celta, e aquilo que seria capaz de comunicar ordem e energia para suas operações (Ibid., p. 195).

Tal investida foi tão mortal aos celtas que todas as suas estruturas de resistência ruíram ante a força romana. Seus carvalhos venerados foram mortos e seus árbitros e líderes comuns foram queimados em seus próprios fogos sagrados. O modo de ver o cosmos do povo britânico fora afetado (Ibid., p. 195-196). O restante da conquista do Sul da Grã-Bretanha foi igualmente pautado por grandes mudanças políticas e culturais. As crueldades, como a tirania feita contra o rei dos Icenos, assim como a severidade da pessoa do governador na aplicação de impostos (até então desconhecidos pelos nativos) e a usura extrema, provocaram insurreições. Burke defende que Paulino enfrentou e assegurou as posses romanas com habilidade, sendo um bom estrategista e utilizando-se de boa tática, mas que, ao atacar a religião e os modos, causou um banho de sangue e o caos para o próprio jugo romano.

Após Paulino, Júlio Agrícola (40-93), um homem que Burke considerava ter virtude e vigor, teve a capacidade de, ao mesmo tempo em que diminuía o número de tribos revoltosas, prestar atenção nos costumes e preconceitos (*prejudices*) dos conquistados. Agrícola observou as atrocidades cometidas antes em Mona e, sendo

(...) um homem de humanidade e virtude: ele lamentou a condição e respeitou os preconceitos dos conquistados. Esse comportamento facilitou o progresso de seus exércitos, de tal forma que em menos de duas campanhas todas as nações britânicas compreendidas no que nós agora chamamos de Inglaterra cederam-se para o governo romano, tão cedo eles descobriram que a paz não mais podia ser considerada uma bênção dúbia (Ibid., p. 200).

A ordem dentro da província era o que aquecia as políticas de Agrícola:

Todos os passos para assegurar a sujeição do país conquistado foram feitos [*attended*] com o máximo de cuidado, para prover pela sua paz e sua ordem interna. Agrícola reconciliou os britânicos com o governo romano ao reconciliar estes com os modos romanos. Ele moldou aquela nação feroz para graus mais suaves de costumes sociais [*by degrees to soft and social customs*], liderando-os imperceptivelmente para o gosto pelos banhos, pelos jardins, pelas grandes casas, e todas as comodidades elegantes de uma vida cultivada. Ele difundiu graça e dignidade sobre esse novo luxo pela introdução da literatura. Ele convidou instrutores de todas as artes e ciências de Roma; e ele enviou, através de suas próprias despesas, a principal juventude dos britânicos para esta cidade [Roma] para serem educados. Em pouco, ele subjuguou os britânicos ao civiliza-los, e os fez mudar da liberdade selvagem para uma educada e fácil sujeição (Ibid. p. 202).

As condições sociais da permanência romana levaram a um nítido progresso no modo de vida britânico. O comércio, a arte e a construção, fazem parte de uma longa e demorada fase final de uma conquista (Ibid., p. 205). As fronteiras entre as nações que foram inseridas passivamente dentro dos domínios eram respeitadas. Esses povos eram chamados de “aliados” e suas disputas eram solucionadas por Roma. Se perderam parte de suas liberdades antigas, ganharam os privilégios constituídos de uma cidade romana – Burke também trata da hierarquia romana, de sua disciplina, dos postos administrativos e de como Roma conseguiu gerir sua nova província (Ibid., p. 205-213).

Sob Constantino I (272-337), aquele que “revolucionou” a Britânia e o resto do Império ao sanar a perseguição aos cristãos, as divisões militares mudaram, assim como as do governo. O oficialato imperial agora seria separado em seus *magistri militae* (mestres militares), abaixo desses, os *duces* e, logo após, os *comitês*, criando, assim, o que viriam a ser as bases da futura aristocracia medieval, os títulos de *duques* e *condes* existentes até o tempo de Burke (Ibid., p. 220) e, no Reino Unido, influentes no governo e na legislação até hoje. Mas Saturno é um deus insaciável... Se Roma acabou com uma ordem precedente, ainda que a preservasse em nome do império que queriam estender até a Grã-Bretanha, também a sua ordem viria a ser desfeita.

O reinado de Constantino termina e o Império é dividido. As invasões bárbaras tomam corpo e iniciam o movimento de derrocada imperial. Nas décadas finais do século IV, Roma é atingida de todos os lados, obrigando as legiões da província a ir ao socorro da Gália. No início do século V, pictos e escotos do Norte da ilha redobram suas incursões. São derrotados, mas os avanços não são travados totalmente graças à retirada das forças romanas da ilha para defender o coração do império ocidental. Os britânicos, após séculos sendo aculturados e defendidos pelas forças romanas, se veem sem defesa, acossados por inimigos da Irlanda, do reino Picto, e, por fim, seus aniquiladores finais, os saxões (Ibid., p. 222-226).

Estes últimos não tiveram o seu “Agrícola”: suas invasões foram impiedosas, como aponta Burke, e suas instituições políticas dilaceraram e destruíram as dos britânicos, com a exceção dos galeses e dos cónicos. Os saxões, a partir de 447, com seus *modos desordenados* (Ibid., p. 227) e impulsionados pelo o que o autor acredita ser um fluxo de migrações que viriam da Ásia atingiriam a Europa Oriental e Central (Ibid., 228-229), quase acabaram com a cultura religiosa britânica; os druidas, mesmo resistindo e organizando os celtas desde César e Paulino, encontraram o seu fim; a hierarquia britânica foi desfeita e mesmo a própria “raça britânica” foi afogada pela colonização extensiva dos invasores (Ibid., 232).

Muitos eventos justificam essa derrocada, como um ímpeto militar superior dos saxões e a falta de uma presença militar entre os nativos – já que, segundo o autor, os britânicos que eram legionários normalmente trabalhavam na África, Ásia ou outras partes da Europa, e os que defendiam a província da Britânia muitas vezes também eram estrangeiros (Ibid., p. 224).

Burke assim resume a ruína:

Uma guerra devoradora, uma perigosíssima fome, uma praga, a mais devastadora registrada na nossa História, unidas para consumir a ruína da Britânia. Os escritores eclesiásticos daquela era, confundidos pela visão de calamidades complicadas, viram nada senão o braço de Deus esticado para a punição de uma nação desobediente e pecaminosa. E verdadeiramente, quando nós temos a nossa frente o ponto de vista da condição em que quase todas as partes que ultimamente compunham o Império Ocidental, – as

da Britânia, da Gália, da Itália, da Espanha, da África, – de uma vez sobrecarregadas por uma inundação irresistível dos bárbaros mais cruéis, cujo método de guerra desumano não fez uma pequena parte das misérias com as quais essas nações eram afligidas, nós somos quase que dirigindos fora do círculo de análise [*inquiry*] política: nós estamos em uma maneira compelida para reconhecer a Mão de Deus nessas imensas revoluções pelas quais certos períodos Ele tão certamente [*signally*] afirma Seu Domínio Supremo, e três sobre esse grande sistema de mudanç as que é possivelmente tão necessário para a moral como é encontrado no mundo natural (Ibid., 231-232).

Contudo, Burke demonstra da desordem veio a *ordem* dos invasores. Por mais que os povos atacantes e seus líderes fossem ferozes, uma vez assentados, puderam ser civilizados e organizados pela instituição que protegeu a civilização: a Igreja.

O autor faz questão de relatar o início da cristianização (os saxões martirizaram os cristãos celtas da ilha) dos reinos saxões. É a partir do ano 600, pela empreitada promovida pelo Papa S. Gregório Magno (540-604), capitaneada por Sto. Agostinho de Cantuária (? – 604), que o catolicismo entra na região através do reino de Kent com a permissão do rei Etelberto (560-616). A conversão dos reis foi a via para a conversão da nobreza e, então, da população; integrava-se padres, monges e bispos nas cortes, dando-os, então, encargos administrativos. Burke também aponta intensa proliferação de milagres nesses tempos – e o faz de modo positivo, considerando-os como reais, promovidos por Deus através dos homens da Igreja, retirando do povo os modos pagãos enraizados em suas sociedades (Ibid., p. 236, 239). No texto, é destacado o papel de uma acomodac o cultural das práticas e crenç as crist as dentro de uma cultura pag , onde o proselitismo não teria gerado ou surgido da confrontação religiosa, mas de um movimento pacífico, graç as   ação papal (Ibid., p. 240-241).

As características religiosas pag s também são destacadas pelo autor; são elas os componentes da visão de mundo, do sagrado e da mente saxã. Burke descreve os objetos de culto, ídolos em formas de homens e bestas, nos quais sua fonte religiosa era a mesma que a do druidismo, ainda que a religião saxã fosse diferente.

Os modos dos saxões são descritos como rudes, de uma simplicidade grosseira, assim como o dos britânicos antes da colonização romana. Esses modos significavam uma ignorância nas ciências e nas artes, coisa que Burke exemplifica ao comentar sobre a admiração e o desejo que rainhas tinham em utensílios femininos comuns (Ibid., 239-240); é pelo cristianismo e seu sistema monacal que seus hábitos se refinam, em que a ciência é cultivada e a política se torna mais humana (Ibid., p. 242-243).

Todavia, o verdadeiro progresso exercido pela Igreja estava na cultivação das letras, na drenagem de lamaçais e, nas melhorias da cultivação de terras. Eram dos mosteiros de origem irlandesa que também espalharam boa parte desses conhecimentos e essa refinação para o restante da Grã-Bretanha. Os reinos saxões, já há muito despídos das benesses de Roma, bebiam do que foi conservado e produzido pelo clero para alcançar o progresso (Ibid., p. 241-248).

Durante o tempo de conversão, as estruturas da Igreja eram estrangeiras. O Papa nomeava seus prelados para ocupar a cadeira episcopal de Cantuária, tendo inclusive nomeado um grego, Teodoro de Tarso (612-690), o sétimo arcebispo da região, altamente cultivado nas artes e o introdutor do estudo do grego na região; também é dada uma atenção interessante para um dos nomes mais notáveis da intelectualidade do início da Idade Média, um dos “produtos” da introdução intelectual do cristianismo: S. Beda, o Venerável (673-735), responsável pelo pontapé inicial nos estudos da natureza, astronomia, zoologia, botânica, gramática, aritmética, física, versificação, e, também, teologia (Ibid., p. 250-254). A novidade moral do cristianismo também exerceu uma influência esmagadora nos modos saxões. Sua ferocidade foi contida, com sua cultura sendo amaciada: “onde nunca houve qualquer povo que abraçasse a religião com o mais fervoroso zelo do que os Anglo-saxões, nem com mais simplicidade de espírito”; e ainda, sobre a diferença do antes e do depois da *conversão*, ‘Grandes crimes e extravagantes penitências, seqüestro e uma resignação completa de bens mundanos, estupros e votos de castidade perpétua, sucederam um ao outro nas mesmas pessoas’” (Ibid., p. 255); essa paixão violenta nos tempos de conversão foi coibida pela própria religião, da qual os monges teriam posto escrúpulos nos povos convertidos, normalizando seus espíritos conflituosos, e o fervor religioso prevaleceu mesmo

sobre a política, com vários reis resignando suas coroas para entrarem na vida do monastério.

Do rei Alfredo até o infame João Sem-Terra, Burke delinea a cronologia histórica com avanços e retrocessos dentro de cada reinado. Seu trato com os temas, no entanto, não é meramente linear e não se concentra única e exclusivamente nos feitos desses homes notáveis. Se até aqui ele dedica uma considerável atenção aos modos e sistemas da História, ele repete sua fórmula de análise mesclando a História Política e as bases da mesma.

É no Reino de Wessex, que anexara os outros países do extremo Sul da ilha, que as engrenagens políticas e militares irão começar a se movimentar. Depois de sua consolidação, as incursões danesas se iniciam, forçando os reinos cristãos cada vez mais para o Oeste, expandindo os domínios pagãos na Mércia, Nortúmbria, Kent, etc. É apenas com Santo Alfredo, o grande (849-899), rei de Wessex, o mesmo que reforma as leis em virtude dos antigos modos saxões e da religião (a grande impulsionadora do rei), que esse avanço é parado – graças às vitórias diplomáticas e militares. O rei consegue não apenas parar os inimigos, como também logra reconquistar terras para seu reino, expandindo-o, conseguindo criar estruturas de defesa capazes de resistir e intimidar qualquer invasor escandinavo (Ibid., p. 261-269). A descendência de Alfredo irá consolidar suas vitórias, criando a noção de reino inglês.

Entretanto, o que causa avanço também pode ser motivo de ruína; durante o reinado de Edgar (943-975), a religião ainda mantém um lugar de destaque no progresso e no refinamento social. No entanto, dentro da já velha administração por parte do clero, o autor aponta um triste mal existente dentro da Igreja e suas relações com o governo: a disputa entre monges e padres entrou na querela dos herdeiros do rei. Edgar teve duas esposas e, com cada uma, teve um filho. A segunda companheira, aliada com a facção do clero secular em oposição aos monges, matou o herdeiro de direito, o príncipe Eduardo, e impôs seu filho, Ethelred (966-1016), causando a perseguição dos monges e um mal-estar geral perante o novo rei. Ethelred, para Burke, foi um monarca fraco, não muito capaz de resistir aos invasores daneses e, pior, inepto em sua política com seus subordinados, não sustentando um espírito de combate e dever. Quando o Duque da Mércia, Edric, recomenda comprar a paz com os invasores, o rei aceita, se endividando

e cobrando altas taxas de seus súditos por todo o país apenas para incentivar mais invasores a ataca-los em busca de riquezas fáceis, que foram novamente pagas pelo rei. Isto acontece até que Sweyn (965-1014), o rei da Dinamarca, invade a Inglaterra, forçando Ethelred a fugir para a Normandia e abandonar seu reino, malgrado as vitórias de seu herdeiro (Ibid., p. 272-274).

Do rei dinamarquês sucedeu Canuto, o Grande (995-1035), rei da Noruega, Dinamarca, Inglaterra e certos países no mar Báltico. O monarca foi conhecido por preservar as tradições locais e sua ligação próxima com a Igreja. Apesar das ondas de destruição que causou em sua juventude, foi um rei prudente, fomentando o melhor para a Inglaterra (Ibid., p. 276-277). Seus três reinos são divididos entre seus filhos: a Inglaterra fica com Haroldo I, de reinado extremamente curto, que passa para seu irmão, Hardacano, que, assim como Haroldo, era conhecido por sua crueldade e fraqueza. Essas características fizeram com que uma voz unânime no reino clamasse que único filho de Ethelred vivo retornasse e, assim, Santo Eduardo, o Confessor (1003-1066) assumiu o trono – um rei que foi criado para ser monge, um monarca que não deixara herdeiros e fora tragado por conspirações de corte. Santo Eduardo indicou para sua sucessão seu sobrinho, também chamado Eduardo. Burke não duvida de sua santidade, mas não acredita que Sto. Eduardo possa estar no mesmo lugar que os grandes reis da Inglaterra (Ibid., p. 278-280).

As guerras e as intrigas, bem como as tomadas e retomadas de reinos, causaram um grande atrito que moldou o curso da História Inglesa do século XI. Burke relata como Haroldo II (1022-1066), um dos filhos de um grande nome e promotor de desavenças na corte de Santo Eduardo, Godoíno, conde de Wessex (1001-1053), decidiu tomar o reino para si mesmo, a despeito da indicação do rei anterior. Haroldo consegue o trono, mas irá encarar uma dupla incursão. Uma das últimas invasões escandinavas das Ilhas Britânicas têm seu início em seu reinado. Haroldo Hardrada (1015-1066), rei da Noruega, invadiu o norte da Inglaterra e obrigou o rei inglês a reagir. O monarca norueguês encontrara sua derrota (e seu fim) na famosa Batalha da Ponte de Stanford, fazendo Haroldo II seguir rumo ao Sul para responder a invasão normanda de Guilherme I (1028-1087).

Duque da Normandia (região colonizada, séculos antes, por daneses), Guilherme I via legitimidade em sua causa graças ao seu

antigo partido para com o legítimo rei apontado por Santo Eduardo, e, sobretudo, por causa da aprovação papal em sua conquista. Haroldo II tinha problemas com o Papa, e Guilherme I prometera a coroa inglesa como uma aliada vassala de Roma, ganhando assim o direito de invadi-la.

Se na ponte de Stanford o rei da Inglaterra obteve uma vitória que finalizaria todas as tentativas escandinavas de conquistar seu país, em Hastings se realizaria “uma batalha que deu a Inglaterra aos normandos, a mesma que custou aos romanos, saxões e daneses tanto tempo e sangue para adquirir” (Ibid. p. 287). Burke se preocupa em demonstrar o estado das tropas, bem como a estratégia normanda que possibilitou a vitória da batalha, mas também ressalta como um pequeno evento, uma flecha atravessada na cabeça de Haroldo II, pôde mudar o curso da batalha – mesmo com a vantagem numérica do lado dos ingleses. Aqui, as estruturas que garantiam uma continuidade militar de resistência a conquista normanda caíram. Com a morte do rei, a nobreza, debilitada por antigos confiscos e taxas altas, não produziu resistência, fazendo com que Guilherme I conseguisse se impor facilmente.

Burke reserva um longo e dedicado capítulo para as leis e as instituições saxãs que moldavam o reino. O texto defende que suas ideias de governo, mesmo imperfeitas, necessitam ser tratadas, já que povos tão bárbaros e primitivos precisariam ter laços que os unissem em algo comum (Ibid. p. 291). O autor vai até as raízes dos modos saxônicos; suas maneiras de governar e agir têm origens profundas, em sistemas tribais. Os costumes de tais povos, no entanto, prevaleciam no tempo em que nenhuma lei escrita era estabelecida: eles preveniam abusos de poder e estabeleciam as autoridades e as hierarquias; chefes eram juízes, legisladores, assim como faziam parte do governo executivo. Ainda, paz, guerra; ou qualquer “assunto público” era gerido por esses líderes.

A sociedade era dividida entre homens livres e escravos, na qual os primeiros cultivavam o exercício das armas; enquanto os últimos, o solo, em geral, o povo saxão era voltado para a guerra e o ritual de maturação de um jovem era justamente um juramento militar perante seu chefe. “Nenhum homem poderia se destacar como um indivíduo independente, mas necessitaria estar listado em uma dessas fraternidades militares” (Ibid., p. 294).

Os chefes eram os mais velhos e seus seguidores eram chamados de *Ambacti*, *Comites*, *Leudes*, *Vassalos*, sendo submissos e dependentes ao chefe; normalmente, as tribos viviam em confederações, garantindo a expansão ou defesa mútua de seus povos. Burke destaca o caráter *doméstico* da governança e dos títulos saxônicos. Quando uma monarquia era formada, seu esplendor atraía seguidores e exigia posições de destaque para sua atuação; o poder religioso do antigo druida, juntamente com sua característica de árbitro, foi herdada ao Bispo cristão, legando ao episcopo um lugar considerável na corte; a administração era feita pelos *elderman*, eleitos anualmente e, preferencialmente, apontados pelo rei; os xerifes, de começo incerto, substituíram estes últimos. Também havia o *parlamento saxão* feito não para fazer leis, mas para promulga-las, dando a aprovação pública dos homens livres, garantindo mais autoridade e legitimidade às legislações (Ibid., p. 291-312).

Asituação da Europa, em geral, também não passou despercebida por Burke. A Inglaterra não estava isolada do continente a sua volta, e seu texto já dava indicativos sobre a forte interação entre os reis saxões e o papado, fora as invasões escandinavas que assolavam todo o continente.

A Idade Média, de acordo com Burke, era uma época bárbara, iniciada pela violência e pelo saque do Império Romano do Ocidente, com seus primeiros séculos assolados por invasões, mas ao mesmo tempo tendo sementes de progresso e de polidez, sendo regadas em meio ao caos.

(...) existiam princípios em trabalho, os quais reduziram as coisas para uma certa forma, e gradualmente desdobraram um sistema no qual os motores [*movers*] chefes e as principais molas eram os poderes papais e imperiais, – o engrandecimento ou a diminuição destes foram a deriva de quase todas as políticas, intrigas e guerras das quais se empregou e distraiu a Europa até hoje. (...) A rudeza do mundo era muito favorável para o estabelecimento de um império de opinião. A moderação com a qual os Papas primeiramente exerceram este império o fez crescer sem ser sentido até o mesmo não mais poder ser oposto; e a política dos Papas tardios, construída na piedade dos primeiros, continuamente aumentou isso: e eles fizeram uso de todo instrumento, senão o da força. Eles empregaram igualmente grandes virtudes e crimes; eles favoreceram a luxúria de reis pela autoridade absoluta, e o desejo dos subordinados por liberdade; eles provocaram a guerra,

e mediaram a paz; tomaram vantagem de cada reviravolta das mentes dos homens, seja de natureza pública ou privada, para estender suas influências e impulsionar seus poderes civis, ou eclesiásticos, da sujeição para a independência, da independência para o Império (Ibid. 328-329).

Esse poder papal, balanceado com o imperial, trouxe a ordem para a Europa do médio medievo, desenhando o cenário no qual a Inglaterra se encontraria. Outro fator chama a atenção do autor: o feudalismo moldaria a política na Inglaterra, após esta ser drasticamente mudada em suas instituições por Guilherme I, ainda que houvesse similaridades com o sistema de posses dos reis saxões.

O rei normando, contudo, obteve um governo conturbado, marcado por turbulências vindas do clero, da nobreza e da plebe, graças às pesadas taxas instituídas pelo monarca. Guilherme I também é conhecido por ter extirpado uma considerável parte da nobreza saxã, colocando normandos em seu lugar. Contudo, respeitou tradições locais, ainda que privilegiando, em suas reformas, o ritmo e estilo das instituições feudais francesas, bem como a língua francesa; se esse nobre foi caracterizado por sua força bruta, a mesma característica possibilitou a este manter seu reino frente aos ataques daneses, franceses, irlandeses e escoceses e uma confederação interna de rebeldes.

Dois de seus filhos foram coroados reis: Guilherme II (1056-1100) e Henrique I (1069-1135), com o reinado do primeiro sendo caracterizado por disputas políticas entre os irmãos, e também por ter governado durante a Primeira Cruzada, que, para Burke foi, malgrado as calamidades cometidas pelos cruzados, o início do espírito do cavaleiro, isto é, a atitude de zelo religioso e coragem, o respeito às mulheres e a defesa da fé (Ibid., p. 370-372, 391).

Guilherme II reina até ser morto em um acidente de caça, com o reino indo para seu irmão Henrique, que o conseguiu graças a ausência de seu irmão mais velho, Roberto, duque da Normandia, e, com isso, fez com que a Normandia entrasse em rebelião. Após vitórias contra os revoltosos, com a morte do rei, algo incomum ocorreu: com a incerteza do processo de sucessão real desde a invasão normanda, um estrangeiro é eleito para o trono: Estêvão de Blois (1092/1096-1154). Conde de Boulogne e sobrinho de Henrique I, de Blois herdou terras em Kent através de um casamento e conseguiu se eleger temporariamente ao trono graças ao apoio do bispo de Winchester. Seu domínio sobre

o país foi marcado por guerras, o autor aponta que cada resolução política de sua majestade era executada pela guerra civil.

A morte de Estêvão trouxe o herdeiro por direito da coroa, Henrique II (1133-1189), que teria um dos reinados mais conturbados da história. Suas posses na França se ampliaram graças ao casamento com a filha do Duque Guilherme IX da Aquitânia (1071-1127), Leonor (1122-1204), a única herdeira do ducado; Henrique II também arranja um inimigo poderoso: a Igreja.

Burke utiliza-se de um “parêntese” no texto, uma das formas de explicar os grandes distúrbios é justamente suas interações com a Igreja. O clero herdou a autoridade druídica, como já comentado anteriormente, porém, com as mudanças históricas, a autoridade acabou por disputar poder com o mando real. Como antes, se a Igreja gerou bons frutos, seja no início do medievo ou no século de Henrique II (Ibid., p. 398-399), também causou mazelas em sua presença na administração do reino.

O clero, ao ter o privilégio de possuir uma lei paralela, a canônica, não poderia ser julgado como os demais membros da sociedade, o que gerou um cenário de corrupção dentro da Igreja inglesa, que, por vezes, também tinha sacerdotes assassinos e criminosos, sem a possibilidade de serem julgados por alguém além de seus pares ou superiores dentro da hierarquia da Igreja (Ibid., p. 400-402). O rei reforma essa característica e ainda impõe seu poder nas eleições eclesiásticas, fazendo com que a Igreja reagisse. Um de seus homens postos dentro do arcebispado da Cantuária, Santo Tomás Beckett (1128-1170), foi um defensor assaz dos direitos do papado nessas questões (algo que o autor considera fictício e distante das tradições saxãs) e foi morto no meio de uma missa, como defende Burke, após uma má interpretação feita pelos guardas do rei sobre uma dala de Henrique considerando “acabar” com o arcebispo.

A morte de Sto. Tomás trouxe insurreição, excomunhão. O rei superaria as perdas e voltaria a ter comunhão com Roma, marcaria o início da conquista inglesa da Irlanda, e seria traído por sua esposa e por seus herdeiros em uma tentativa de usurpar seu trono. Ainda, lutou contra escoceses e franceses e, para tal, necessitou de forças mercenárias para fazer frente aos seus inimigos – mas Henrique a tudo superou.

Dentro da história da invasão das terras irlandesas, Burke se dedica mais do que à simples explicação dos motivos que levaram o rei a declarar guerra. A nobreza irlandesa tendo problemas com a Igreja, o Papa permitindo uma invasão e um governante deposto em uma guerra interna da Irlanda pedindo ajuda a Henrique II são indicativos óbvios na descrição histórica de Burke. Contudo, a cultura local e a religião, com seus modos foram cultivados nas artes e nas ciências pelos monges e as invasões danesas, também tiveram presença, assim como o sistema político, o estilo econômico, e as armas que usavam para se opor aos invasores (Ibid., p. 410-416).

Os filhos de Henrique II, Ricardo Coração de Leão (1157-1199) e João Sem-Terra (1166-1216), também foram coroados reis. Ricardo I teve fama por sua bravura e vitórias na Terra Santa. Quanto a isto, Burke faz uma considerável menção a seu vigor e grandeza na guerra, mas também critica seu ímpeto belicista dentro da própria Europa e dentro de seu país, algo que trouxe dívidas e guerra com seus próprios vassalos. João será um monarca distinto; conhecido por ter conspirado contra o pai e o irmão, teve um reinado razoável, ao menos até conseguir, por meio da espoliação forçada, uma guerra civil que colocou o clero, a plebe e a nobreza contra ele ao mesmo tempo; perdeu todos os seus territórios continentais, com exceção da Aquitânia, para o rei Felipe Augusto (1165-1223) da França, além de também ser excomungado pelo Papa, ainda que tenha sido absolvido depois.

A falta de habilidade diplomática e política de João Sem-Terra (aliada com a já tradicional atitude de espoliar súditos desde Guilherme I) a guerra civil aberta contra o rei causara algo incomum na Inglaterra. Como Burke diz sobre tempo do rei João:

Nós agora chegamos a um dos mais memoráveis períodos na história inglesa, se considerarmos as surpreendentes revoluções que aqui passaram, as calamidades nas quais tanto o príncipe quanto o povo eram envolvidos, ou as felizes consequências que, ascendendo do meio daquelas calamidades, constituíram a glória e prosperidade da Inglaterra por tantos anos (Ibid., p. 437).

A Carta Magna corta muitos poderes reais, também tratou de outros assuntos sociais como o casamento, a limitação do poder

econômico régio no que diz respeito às florestas do rei e, como o próprio autor admite ter sido um exagero, quase cancelou totalmente as prerrogativas do monarca, elemento que levou o Papa a condenar a carta. Mas a resistência de João é inútil: com poucos apoiadores, morreu doente e quase sem poder na aurora do século XIII.

Burke não continua sua história resumida da Inglaterra, porém há um pequeno fragmento a respeito da história das leis em que ele propõe uma exposição de suas origens, reformas e mudanças, o que inclui a realizada por Guilherme I.

Neste fragmento, ele se atenta para os princípios de direito que constituirão as leis do reino, entre eles, de modo mais do que inicial, a tentativa humana de imitar o Governante Supremo do Universo, Deus¹⁴; além de salientar que a justiça dos homens ser formada através da política e das ações militares, *da ambição e da violência*.

O autor se baseia profundamente na obra de Lorde Matthew Hale (1609-1676), ainda que discorde de certas posturas. Burke se interessa em falar das leis como elas eram, sem distorcer o passado em nome de um projeto partidário, como o pensamento republicano inglês fez outrora. As leis, como o idioma ou o aprendizado, estão misturadas em uma massa heterogênea de fatores históricos, como as que vieram emprestadas do estrangeiro, tais quais as romanas e cristãs que afetaram os modos da sociedade.

O fragmento trata das características gerais das legislações, que são as regulações da paz, as multas e penas para os crimes, as regras cerimoniais para os juramentos e a regulação dos deveres da Igreja. Ainda, há uma menção nas mudanças e melhorias feitas com a invasão normanda, mas o fragmento acaba por aí.

Como disse Jeffrey O. Nelson, “o senso histórico de Edmund Burke era narrativo e fortemente biográfico”¹⁵. Não apenas dava o sabor da personalidade para os indivíduos da História, como também o fazia para os povos. Assim, ele julga o ímpeto de sociedades inteiras apontando o espírito aventureiro, o vigor e a sofisticação; como elementos que impulsionam a história.

Do esplendor da conquista, da habilidade do administrador, da capacidade do general e do espírito reformador de um rei, assim como da crueldade do invasor, a ferocidade do político, a brutalidade do

14 BURKE, Edmund. *Fragment – An Essay towards na History of the Laws of England*. IN: *Ibid.*, p. 475.

15 NELSON, Jeffrey O. *As Reflexões de Edmund Burke sobre o Revolucionário Europeu encontram a América do Sul*. (Apud KIRK, 2016, p. 450).

guerreiro e a tirania do monarca são tratados por Burke. Não raras vezes, seja no caso de um conquistador espanhol ou de Ricardo Coração de Leão, ou nas mãos de um romano e de um asteca, Burke expõe a síntese do bem e do mal em seus personagens históricos, sem esconder seu julgamento sobre as consequências de suas ações nas sociedades.

Podemos observar essa característica sobre a conquista espanhola das Américas:

Daí em diante [sobre o começo da Conquista das Américas, após Colombo], no trato do progresso e armas da descoberta espanholas, em vez de desígnios estabelecidos na ciência, e buscados com um coração benevolente e mensuras gentis –, muitas vezes mostramos uma avareza entusiasta, exortando aos Homens todos os atos de crueldade e horror. O caráter dessa primeira descoberta foi extremamente diferente de todas as quais ele lidou e conquistou; alguns com igual vigor e conduta, mas com todas as virtudes muito inferiores (BURKE, E.; BURKE, W., 1770, p. 61-62).

Em relação à sua escrita, basta dizer que ela é clara e que seu método de expor o assunto em questão é efetivo: não fica apenas, como já dito, em um cenário cronológico, analisando as figuras mais notáveis da história, os grandes feitos ou grandes guerras. Burke vai além: fala da religião, dos costumes, das mentalidades, das armas, das estratégias, dos casos particulares, dos acasos, das intrigas, das leis, dos sistemas políticos e das hierarquias. Isso, em Burke, é explicar a história.

O autor, claro, não é um historiador contemporâneo. Não existia, em seu tempo, o “historiador profissional”. Não havia, entre nenhum de seus contemporâneos, um único sujeito que *vivesse* do estudo do passado, mesmo entre os historiadores famosos (SATO, 2018, p. 10). No entanto, Burke se via como um pesquisador neutro, para além das paixões que alterariam seu foco na História (Ibid., p. 11-12, 27, 39, 77), apesar de seus julgamentos de valor, seja na conduta de indivíduos, ou de populações.

Sua obra, se comparada com as historiografias atuais, notavelmente *não* serve de referência, salvo quando – e não tão raras vezes, verdade seja dita – suas conclusões estão em ampla coerência com as fontes,

o que existe em quase qualquer estudo que dependa de um número limitado de fontes, como as da Antiguidade.

Seus trabalhos, por causa da distância metodológica que possuem em relação a composições historiográficas mais atuais – distância esta comprovada por erros estatísticos, datações imprecisas, incongruências históricas ainda não solucionadas em seu tempo, defeitos interpretativos e de julgamento –, servem mais como uma própria *fonte* de sua biografia intelectual e do *estudo da História* na Inglaterra do século XVIII, do que qualquer outra coisa.

Suas noções de progresso, justo e injusto, inferior e superior, melhor e pior, moldam suas análises. Assim, Burke vê com negatividade as invasões de Suetônio Paulino ou de Francisco Pizzaro, e, ao mesmo tempo, elogia o modo como Agrícola Vaca de Castro conseguiram gerir as terras conquistadas com justiça e sabedoria.

Em certa medida, essas características são inevitáveis mesmo ao historiador atual (CARR, 1990, p. 31-55); mas, como dito no início do capítulo, tão inevitável quanto uma personalidade e a uma época exercerem influência em tudo que alguém escreva, também o é a influência da própria fonte na obra do historiador.

Burke trata das fontes de modo coerente com seu contexto. No texto raramente cita os autores com quem está dialogando ou de onde pega a informação, exceto nos casos em que cita Tácito (56-117), Joseph-François Lafitau (1681-1746) e Paul de Rapin (1661-1725). É certo que a respeito da Antiguidade suas leituras são as comuns em sua época (SATO, 2018, p. 26-30), assim como as do medievo e do Novo Mundo. Há diálogos com a historiografia de seu próprio tempo nos textos, ainda que esta mesma seja referida com a expressão geral de “*historians*”, ou “*writers*”¹⁶, sem nenhuma indicação direta a quase nenhum autor, como a exceção de sua clara discordância com Lorde Matthew Hale, em seu fragmento sobre a história das Leis¹⁷.

Também existe em Burke a noção da importância da fonte e, inclusive, *críticas à mesma*, tendo até uma consideração a respeito do problema do anacronismo (Ibid., p. 398); podemos ver essa preocupação em seu prefácio para sua duologia sobre a história da América, onde atenta ao leitor que se deve tomar cuidado com o que se lê a respeito das colônias inglesas:

16 Como por exemplo, em: BURKE, Edmund. *An Essay Towards an Abridgement of the English History*. p. 185; SATO, 2018, p. 40-48; LOCK, 1998, p. 136 – 137, 146-147.

17 BURKE, Edmund. *An Essay Towards an Abridgement of the English History*. p. 476

(...) outros obscurecem a verdade em muitos detalhes, para satisfazer os baixos preconceitos de partidos e, se posso dizer, de nações. O que quer que seja escrito por ingleses estabelecidos em nossas colônias, deve ser lido sem o viés para o interesse da província particular da qual eles pertencem, ou possivelmente para a facção particular naquela província. É apenas comparando os registos impressos uns com os outros, e aqueles da melhor informação privada, e corrigindo tudo em registos autênticos, que alguém pode descobrir a verdade (BURKE, E.; BURKE, W., 1770, v. I, prefácio, p. 2).

E ainda, em relação as colônias de outros países, é admitido que suas fontes estejam *muito distantes da perfeição*, já que os mesmos problemas existem (Ibid., p. 3). A mesma preocupação aparece no trato com a história europeia. Ao falar da história dos celtas, Burke admite ser “muito difícil, a essa distância no tempo, e com tão pouca informação, discernir claramente qual tipo de governo civil prevaleceu entre os antigos britânicos”¹⁸. A desconfiança com a fonte também existe em seu método, quando, por exemplo, discute os números do tesouro de Guilherme I (Ibid., p. 347-348).

Também é notável a presença divina dentro do andar do tempo. O autor, como o leitor já pôde perceber, considera milagres e o direcionamento divino dentro da história. Deus seria uma espécie de força motriz do mundo, direcionando a humanidade e a sua religião, o cristianismo, através do tempo – contudo, sem cair em um determinismo divino, onde o Senhor teria atribuições fatalistas na história. Edmund Burke era anglicano, não calvinista, então não discordava do livre arbítrio ou da autonomia (que é diferente de independência) humana perante Deus na história.

O passar do tempo estaria ligado à Providência, mas igualmente às ações humanas. Se as guerras, revoltas, conquistas, descobrimentos, avanços e benesses eram criadas, tudo isso era de acordo com a vontade divina que guiava o homem¹⁹ – ainda que, como o próprio Burke admitiu após a Revolução Francesa, essa guia divina não fosse

18 BURKE, Edmund. *An Essay Towards an Abridgement of the English History*. p. 175.

19 BURKE, Edmund. *An Essay Towards an Abridgement of the English History*. p. 231-232, 374; HARRIS, Ian. *Burke and Religion*. IN: DWAN, David; INSOLE, Christopher J. (orgs.). *The Cambridge Companion to Edmund Burke*. 1. ed., Cambridge: Cambridge University Express, 2012.

tão clara assim aos Homens (WESTON, 1961, p. 203-229; POCOCK, 1960, p. 125-143).

Se Burke, contudo, não pode se equiparar ao historiador atual, possuindo um crivo equivalente ao de historiadores dos séculos XIX, XX e XXI, e por isso se o “grosso” de seu texto não pode ser aproveitado, o mesmo não pode ser dito sobre seu componente teórico em seus trabalhos.

Uma Teoria da História Burkeana?

Não existe uma obra teórica da História, em Burke. Ele não apenas nunca escreveu um livro ou alguma carta que pudesse se encaixar no conceito de uma teoria direta da História, como também não existe, em seu vocabulário usual, tal termo.

De fato, Burke chega até mesmo a não acreditar que possa existir uma Teoria (WESTON, 1961, p. 211-212), não tendo confiança de que tenha se chegado a um nível de entendimento sobre o homem e o passado para se ditar como a História ocorreria²⁰. Essa visão, contudo, mais se vale para uma teoria mecânica da História do que para uma teoria geral, isto é, que admite e busca compreender os princípios gerais nos quais as sociedades humanas se embasam.

Entretanto, o que é a História, senão o estudo do percurso do homem pelo tempo (BLOCH, 2001, p. 55)? Ao estudar esse tema, é necessária uma abstração para melhor entender o objeto que se examina, com uma teoria para explicar sua funcionalidade. A “Teoria da História” nada mais é do que a âncora que ajuda o historiador a atracar sua nau antes e durante o trajeto pelas marés do passado. Não é possível entrar nessas águas sem, ao menos, ter uma ideia de como elas são, ou seja, de como se comportam, se são ou não profundas, parar em um porto e refletir se há correntes poderosas e, caso tenham, para que lado elas levam. É preciso ter um conceito de “mar” para saber navega-lo. Se não há uma obra burkeana nesse sentido, com certeza houve um modo de encarar e entender a História; existiu uma visão que delineava o “comportamento” da História humana – desse

²⁰ Com efeito, não existe um *Motor da História* para Burke. Certos acontecimentos ocorrem de acordo com um designo propositado, outros são misturas de acasos com ações propositais, mas já alguns são frutos de uma mera ação das circunstâncias incontrolláveis do mundo. Podemos ver isso quando o mesmo considera o acaso como uma força motriz da Humanidade, no caso da colonização do Brasil (BURKE, E.; BURKE, W., 1770, v. I, p. 300-301).

modo, não se deve entender Burke como um teórico da História tal qual nos dias atuais, mas como, em sua *Filosofia da História*, podemos encontrar ligações com o seu estudo do passado, formando assim uma teoria necessariamente subentendida em seu pensamento.

Essa compreensão não pode ser descoberta senão de modo *fragmentado*. Há uma clara relação entre o motor da vida política de Edmund Burke, isto é, suas ideias, com o que pôde entender da humanidade estudando e escrevendo sobre o passado. Podem-se notar as nítidas teias de suas leituras da história em cada aspecto contrário a violência do imperialismo britânico, ao racionalismo e ao jacobinismo.

Em vários trechos de seus livros observamos essa percepção da influência do passado no presente e, também, como uma tradição *viva* que, apesar da distância, está atual. Este é o caso *Vindication*: se a artificialidade que batiza todo o processo histórico deve ser condenada em prol da natureza pura do homem, então tudo deve ser jogado no lixo, incluso a atuação moralista na política²¹.

A compreensão da natureza humana, ainda que não inteiramente, é *histórica*. Tudo o que somos e o que temos veio do passado, foi tratado e gerado no tempo, permanecendo vivo no presente. Aqui, podemos ver como seu conceito de *modos*²² se adequa, até certo ponto, ao nosso entendimento por cultura. *Cultura* não é uma palavra que aparece no texto burkeano, salvo quando é uma abreviação de *agricultura* – palavra latina que dará origem a *Kultur*, dentro do que é hoje a Alemanha, e será mais usada no século XIX (BURKE, 2008, p. 15). Contudo, se o termo não aparece, ele pode ser encaixado nos *modos* (conceito tão importante que preenche capítulos inteiros ou mesmo grandes partes de capítulos em seus livros), assim como quando o autor se refere aos *costumes* e aos *preconceitos* de um povo.

Essas características devem se salientar ao entendermos que Burke era uma espécie de empirista da História – se não era empirista como David Hume, sem dúvidas era na medida em que acreditava que as instituições e hábitos são frutos de uma intensa experimentação

21 BURKE, Edmund. *A vindication of natural society*. IN: The Works of the right honorable Edmund Burke, v. I. 5. ed., Londres: BOHN'S BRITISH CLASSICS, 1856, p. 7-46.

22 Na época de Burke, a palavra "*manners*" significava "Boas ou más regras de convenção, comportamento", segundo o *Dictionarium Anglo-Britannicum*, de John Kersey, de 1708; um significado bem mais próximo aos anos 50, época que Burke escrevia esses livros, pode também ser encontrado no "*An universal Etymological dictionary*", de Nathan Baily, de 1722. O termo com o mesmo significado para a escrita da História também já era utilizado pro Hume, assim como por antiquários escoceses do mesmo século.

através dos tempos, não projetos racionais da humanidade, estando sujeitas a uma gama indeterminada de influências e mudanças²³. Entretanto, como disse J. G. A. Pocock, a reação de Burke contra o racionalismo não pode ser a justificativa final ou total para seus pensamentos sobre a história (POCOCK, 1960, p. 126). O contato de Burke com a historiografia de seu século e de séculos precedentes foi algo imprescindível para sua constituição intelectual. Pocock ainda cita a influência do já citado Lorde Matthew Hale, em sua perspectiva de que as leis são criadas através de processos impossíveis de se verificar, constituindo-se de particularismos que fazem qualquer tentativa de entender o passado, vã (Ibid., p. 136-137) – tal argumentação trará uma reação (ainda que parcialmente equivocada²⁴) fulminante de Burke, não apenas da defesa da inteligibilidade do passado, mas também como da *vitalidade* do mesmo; isto é, como o passado pode ser animado e atuante na sociedade.

Portanto, sempre que tal passado for rompido de modo não-natural, isto é, fora do processo de mudanças e, sobretudo, *permanências* na história, a sociedade irá *se deteriorar*. Isso mostra que o autor teve a convicção, dadas suas observações, *de que os modos de um povo eram o que o mantinham*, pois estes eram sempre *presentes* nas instituições, costumes, cimentando os preconceitos (expressão bem diferente da nossa compreensão pejorativa desse termo, já que o preconceito era a visão de mundo que os povos teriam) sociais – e tais modos eram *frutos do passado*, pois foram construídos através do tempo, permanecendo no presente de cada sociedade²⁵.

Essa permanência, claro, poderia ser negativa ou positiva, não possuindo algo bom em si mesmo, mas ainda assim sendo *presente* nas sociedades, como um meio ordenador para os homens, algo que – embasado principalmente na religião – criava a visão de mundo dos povos, ainda que por vezes essa mesma ordem pudesse ser má, seja para o próprio povo, ou para seus vizinhos.

23 Yuval Levin apontará essa característica como marcante em Burke e no que viria a ser a direita conservadora, ao comparar a concepção de Natureza e História entre Edmund Burke e Thomas Paine, este um dos maiores adversários intelectuais de Burke (LEVIN, 2017, p. 72-87).

24 Burke interpretou que lorde Hale afirmava que o conteúdo da lei imemorial era inalterado, algo negado pelo próprio Hale em diversas ocasiões. Em sua velhice, Burke aceita parte do ceticismo de Hale, ainda que não integralmente (Ibid., p. 140).

25 DOLAN, Séan Patrick. *Burke on Law and Legal Theory*. IN: DAWN, David; INSOLE, Christopher J., (orgs.). *The Cambridge Companion to Edmund Burke*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 67-70; DAWN, David. *Burke and Utility*. IN: Ibid, p. 140-141.

Podemos observar isso claramente nas passagens onde certos hábitos percorrem os milênios: os romanos, em sua monarquia imperial, herdaram de que sua República: “dos modos da República, fora introduzido um costume na monarquia de Roma completamente inadequado para aquele modo de governo” – algo que teria causado a confusão de figuras e poderes estatais com o imperador, levando consequências ruins para os povos dominados²⁶. Com efeito, Burke também fala da conservação quase imemorial dos modos dos citas dentro dos povos germânicos, que “tinham preservado aquele estilo de vida e aqueles modos peculiares”, modos estes que determinavam a sucessão de propriedades naquelas sociedades (Ibid., p. 322) – mais explicitamente, mesmo as migrações de tempos imemoriais poderiam exercer peso sobre o presente (Ibid., p. 172-173).

Outro caso pode ser citado, se nos lembrarmos da comparação entre Paulino e Agrícola: um, como um conquistador tirano, trouxe o caos não apenas aos britânicos (e posteriormente para a própria investida conquistadora de Roma), destituindo-os do principal elemento ordenador de sua sociedade: a religião e sua hierarquia druídica. Assim como podemos ver em Agrícola, o sujeito que respeitou essa cultura, arranhou uma forma mais pacífica de se adequar aos *modos*, às tradições, que moldavam o povo (Ibid. p. 199-202), conservando a *ordem*.

Vemos o mesmo em relação aos avanços do rei Egberto (770-839) que não causou desgraças aos reinos que conquistou porque “o povo, de todos os lados [*on all hands*], se submete mais prontamente porque não houveram mudanças feitas em suas leis, modos ou na forma de seus governos” (Ibid., p. 258); ou mesmo nas reformas de Santo Alfredo²⁷; e quando, após o reino da Inglaterra ser subjugado por daneses, Canuto II, preservou as tradições e os costumes políticos saxões:

Escolhendo mais o governo [*rule*] pela inclinação de seus súditos do que seu direito de conquista, ele dispensou seu exército dinamarquês e comprometeu suas seguranças para as leis. Ele reestabeleceu a ordem e a tranquilidade que por tanto tempo as séries de guerras

26 BURKE, Edmund. *An Essay Towards an Abridgement of the English History*. p. 196. – Assim como os modos políticos de um povo, por mais que tenham a virtude de ordená-lo, organizá-lo, (p. 313) também podem ser negativos: *ibid.*, p. 304.

27 Estas que iam muito além da política ou administração, ainda que as englobassem: *Ibid.*, p. 264-269.

sangrentas baniram. Ele reviveu as antigas estátuas dos príncipes saxões (Ibid., p. 277).

Essas permanências eram importantes pelo fato de os costumes tradicionais de um povo configurarem as *leis* dos mesmos.

Se um povo tão bárbaro, como os germânicos, não tem leis, ainda tem costumes que se adequam ao seu mundo [*that serve in their room*]; e esses costumes operam entre eles melhor do que leis, porque eles se tornaram de uma Natureza típica tanto para os governantes, quanto para os governados (Ibid., p. 292).

Quando Guilherme I conquista toda a Inglaterra, no século XI, a ordem é mantida justamente por conta da *conservação* das antigas instituições, liberdades: “Para Londres, ele confirmou, por carta, as liberdades de que ela desfrutava sob os reis saxões, e esforçou-se em consertar as afeições dos ingleses em geral, ao governá-los com equidade de acordo com suas leis antigas” (Ibid., p. 335-337), e essa diferença ainda permanece no tempo. Burke comenta de como certos costumes saxões ainda podem ser vistos em seu reino, no século XVIII: “Nós temos que adicionar que [...] ainda há alguma semelhança nas leis e costumes de nossos ancestrais saxões através do reino” (Ibid., p. 313).

Mas o mesmo Guilherme I, anos depois, irá causar uma grande conturbação, justamente por quebrar essas mesmas tradições:

Com o mesmo objetivo de fortalecer sua autoridade, ele introduziu a lei normanda, não apenas em sua substância, mas em todas as suas formas, e ordenou que todos os procedimentos fossem realizados de acordo com essa lei na língua francesa [...]. Mas ao forçar, contra a natureza, uma nova língua sobre o povo conquistado, para fazê-los estranhos naquelas cortes de justiça nas quais eles ainda tinham uma considerável parcela, para assim serem lembrados, toda vez que recorreram ao governo para sua proteção, da escravidão em que eram mantidos (Ibid., p. 354-355).

Burke não atua mais como historiador após sua desistência de dar continuidade ao resumo da história inglesa, porém essa preocupação com a manutenção dos modos, costumes e tradições locais não dever ser

desvencilhada de sua vida política. Em sua carreira, iniciada em 1761 como secretário particular do conde de Charlemont, é onde veremos esses aspectos claramente representados. Ao representar a Irlanda dentro do grupo *Whig*, na primeira metade de seu século, Burke já se preocupava com a autonomia irlandesa e a perseguição contra o catolicismo através das limitações impostas aos católicos do país (KIRK, 2016, p. 166-167). A preocupação com sua terra natal é a demonstração mais enérgica que o autor terá de com a preservação do passado em uma sociedade viva. Foi pelo prévio estudo deste passado, com efeito, que Burke enxergou a importância colossal que sistemas tradicionais tem dentro de qualquer nação.

Quanto aos católicos em todo Reino Unido, o autor clamava não apenas para o bem maior da tolerância religiosa, mas também pelo respeito às características tradicionais (nas quais a religião teve a maior importância na composição desses atributos). Sua visão temerária em relação ao futuro da Irlanda, ou melhor, ao futuro do domínio inglês sobre o país, vinha justamente do desrespeito que a política inglesa praticava contra a maioria católica da ilha vizinha, pois, caso seus habitantes fossem desonrados e discriminados, limitados e detidos por conta de seus modos, suas características testadas e construídas através do tempo, ocorreria algo similar à Independência Americana.

Em sua prática política, sem dúvidas, vemos essa mesmíssima característica a defesa dos colonos das Treze Colônias. Burke não tolerou o tipo de taxaço na América porque esta já feria os costumes legais dos colonos, que não viam essas exigências e obrigaçoões como coisas comuns, experimentadas, mas como inovaçoões impostas pela metrópole, longe de seus hábitos tradicionais.

As palavras da nona carta do governador Bernard, escritas em novembro de 1765, estabelecem essa ideia com muita força: “É necessário”, ele diz, “*estar sendo considerado que uma inovaçoão, tal qual a taxaço parlamentar, causaria grande alarme e encontraria grande oposiçoão na maior parte da América; isso foi muito novo para o povo, e tinha limites visíveis*”. Depois de exprimir a fraqueza do governo de lá, ele diz, “*Era esse o tempo de introduzir uma novidade tão grande como uma taxaço parlamentar interna na América?*”. Qualquer que tenha sido o

direito, esse modo de uso foi absolutamente novo na política e na prática²⁸.

E, ainda, no que considerou como a maior empreitada de sua vida política (KIRK, 2016, p. 237), o desrespeito da administração britânica aos modos dos habitantes da Índia foi um dos grandes motivos para Burke mover um longo e dedicado processo de impeachment contra Warren Hastings (1732-1818). Assim, pontuou, já em seus últimos anos, como os modos do povo indiano foram violados por estrangeiros, como estes mesmos modos tradicionais exigiam grande respeito (que não foi obedecido) pelas filhas – vindas das mulheres que não eram a esposa principal do aristocrata oriental – de um príncipe²⁹; como Hastings simplesmente desrespeitou a ordem social, a religião³⁰ e os modos de um povo ao retirar, a força, virgens de seus santuários, humilhando-as de maneira vil e, com isso, cometendo um crime contra o povo hindu.

Mas existiam, naquela província (vendida aos atormentadores, pelo Sr. Hastings), coisas cometidas que pelos modos peculiares da Índia eram até piores do que tudo o que tenho colocado ante vocês; como o domínio dos modos e a lei da opinião contribuem mais para sua felicidade e miséria deles do que qualquer coisa que a mera natureza sensível pode fazer (Ibid., p. 89).

E, sobre a Revolução Francesa, a mensagem do autor não poderia ser mais cristalina: os revolucionários “Começam mal, porque começaram desprezando tudo que lhes pertencia. Formaram seu comércio sem um capital” (BURKE, 2012, p. 189). Nada se faz em virtude de pretensos direitos naturais, como se eles não fossem descobertos e conquistados pelas instituições antigas. “Governo não se faz em virtude de direitos naturais, que podem existir, e de fato existem, em total independência dele; e existem em muito maior clareza, e em

28 BURKE, Edmund. *Speech on American Taxation*. IN: The Works of Right Honorable Edmund Burke, v. II, 3. ed., Boston: Little, Brown, and Company, 1869, p. 32.

29 BURKE, Edmund. *Speeches in the impeachment of Warren Hastings, esquire late governor-general of bengal*. IN: Works of the Right Honorable Edmund Burke, v. XII. 5. ed., Little, Brown, and Company, Boston, 1877, p. 143-146.

30 BURKE, Edmund. *Speeches in the impeachment of Warren Hastings, esquire late governor-general of Bengal*. in: Works of the Right Honorable Edmund Burke, v. X. 7. ed., Little, Brown, and Company: Boston, 1881, p. 438.

muito maior grau de perfeição abstrata: mas sua perfeição abstrata é o seu defeito prático” (Ibid., p. 222).

Qualquer alteração deve ser feita com prudência e lentidão, buscando mais preservar e reformar do que destruir (Ibid., p. 368-371). O exemplo da Inglaterra é marcante:

Um Estado sem meios de mudança é um Estado sem meios de conservação. Sem esses meios, ele pode até arriscar a perda daquela parte da constituição que mais devotamente gostaria de preservar. Os dois princípios de conservação e correção funcionaram com força nos dois períodos de Restauração e da Revolução, quando a Inglaterra achou-se sem um rei (Ibid., p. 170).

O senhor observará, da Magna Carta à Declaração de Direitos, que foi a política uniforme de nossa constituição reivindicar e afirmar nossas liberdades como um *legado inalienável*, deixando para nós por nossos antepassados e a ser transmitido à nossa posteridade; como um patrimônio que pertence especialmente ao povo deste reino, sem nenhuma referência que seja a algum outro direito mais geral ou anterior. Por esse reino nossa constituição preserva uma unidade em tão grande diversidade de suas partes. Temos uma coroa patrimonial; uma nobreza patrimonial; e uma Câmara dos Comuns e um povo herdeiros de privilégios, franquias e liberdades de uma longa linhagem de ancestrais.

[...] Jamais terá expectativa de posteridade gente que nunca lembra o exemplo de seus ancestrais. Além disso, o povo da Inglaterra sabe bem que a herança fornece um princípio seguro de conservação, e um princípio seguro de transmissão, sem de todo excluir um princípio de melhoramento. (Ibid., p. 185-186)

E a história já mostrava que, quando esses princípios eram rompidos, apenas o caos e a insegurança poderiam reinar. Burke usa de sua teoria para tratar do caso revolucionário francês, prevendo o caos e o colapso das instituições francesas sem o monarca, o clero e a aristocracia para geri-las (Ibid. p, 204-206). Previu, ainda, a ascensão de uma matança desenfreada que jogaria ao chão a justificativa dos revolucionários contra a violência régia (Ibid., p. 207); assim como anteviu a crise econômica (Ibid., p. 301-302), a destruição dos sistemas de caridade (Ibid., p. 339-341) e um cenário que seria o ideal

para o surgimento de um grande tirano, alguém muito mais agressivo, criminoso e maligno do que qualquer rei da história da França (Ibid., p. 437-438) – chega a ser assustador o grau de acerto de Burke, com o genocídio da nobreza e do clero, com a da violência dos próprios revolucionários uns contra os outros, da matança do povo em geral, sem mencionar a tirania de Napoleão I, com tudo isso vindo logo *após* a publicação de seu livro.

Essas mazelas vieram porque os *modos* dos franceses foram abalados (POCOCK, 1982, p. 347). Tentou-se destruir o catolicismo e a cidadania foi enfiada goela abaixo em um país majoritariamente agrário; sem nenhuma tradição republicana, uma república foi imposta, sem nenhum histórico de administração civil majoritária, a nobreza foi quase toda morta e extirpada de seu poder.

Esses modos, vale a pena repetir, nada mais são do que o legado do passado para o presente. Em *Reflexões*, notamos com maior clareza como o passado, isto é, os modos, as instituições, a religião, as leis, as hierarquias, os costumes e preconceitos são como *sustentáculos de toda e qualquer sociedade*. Não eram partes mortas de um corpo já desatualizado, mas integrantes *vivos e perenes* de um *presente* vibrante.

O passado, isto é, a história, em sua natureza comportamental, manteve a ordem e a composição básica de todos os povos que estudou ou tratou: dos romanos aos hindus, dos saxões até os incas, a era dependente de um passado que se fazia presente, de *tradições* que transmitiam os feitos de outros tempos, que davam sentido ao presente. Se o conservadorismo burkeano deve ser lido em alguma chave, é nesta.

Sua reação aos revolucionários jacobinos não deve ser encarada como algo exclusivo. Não é, primariamente, muito menos unicamente, voltado à Revolução Francesa que Burke ergueu sua voz e sua pena, mas a quebra de tradições de modo geral³¹. Essa fratura com a perenidade histórica pode ser letal para qualquer povo, seja através de uma invasão e um mando tirânico; ou através de um pensamento revolucionário, nivelador da sociedade, e do que a compôs em nome de um ideário abstrato, *metafísico*, em prol dos direitos dos homens, como disse Burke: “*Em velhas instituições foram encontrados corretivos de necessidades e oportunidades variadas. Eles não são frequentemente*

31 Ainda que, como político, tenha defendido a suspensão da lei francesa no Quebec em prol da inglesa, é notável sua posição defensiva de suas ideias durante a maior parte de suas ações políticas (SATO, 2018, p. 225-226).

construídos conforme alguma teoria; mas exatamente, teorias são extraídas deles” (BURKE, 2012, p. 374, grifos nossos) – com a diferença de que a Revolução é algo *novo*, distinta de uma *tradicional* expansão imperial ou de uma estranha alta taxação de impostos.

Assim, Burke delinea sua Filosofia da História, mas suas ideias também desaguam em uma teoria da mesma, se pensarmos na escrita da História e em pressupostos de análise que dependem do entendimento da natureza desta. O historiador que se guiasse por Burke, sem dúvidas, deveria prestar atenção nas tradições que sustentam e dão formato aos povos pesquisados³². O passado vivo, formado por essa herança atuante dos mortos, mostraria que todo estudo histórico dependeria de uma ordem diacrônica (ou seja, um estudo de transformações e continuações que se estendem pelo tempo, adentrando profundamente no histórico *anterior* de qualquer sociedade humana).

Essa diacronia revelaria as dinâmicas que estão no bojo da História, em seus modos, assim como os seus avanços, suas mudanças – vale ressaltar, contudo, que esse método e análise é quase inerente à historiografia. A introdução de um tema não raramente discorre de temas anteriores, buscando uma justificção para o estado que algum assunto da História se encontra em um determinado período. Podemos ver isso facilmente nos livros gerais sobre história medieval: eles normalmente se iniciam falando do Império Romano do Ocidente e das confederações tribais germânicas da Antiguidade; livros sobre a história da filosofia escolástica também entram na conta, com a necessidade de se explicar a filosofia patrística anterior; o mesmo vale para a história moderna, contemporânea, para recortes temáticos específicos dentro da história da arte, literatura, cultura, guerra, religião, política, do trabalho, das cidades, etc.

Essa normalidade, contudo, não diminui Burke. Ao seu modo, ele foi o primeiro a notar essa característica e a expor a necessidade de conservação *na* humanidade, aplicando-o em sua crítica feroz à revolução e às violências do imperialismo. Como disse o próprio Burke, a história e suas mudanças fazem parte da natureza humana³³.

32 Apenas para dar um exemplo da historiografia atual: BURKE, Peter. *O que é História cultural?* 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 38-40.

33 Justiça seja feita, a percepção da presença do passado no presente existe desde a Antiguidade. Podemos encontra-la nas obras de Heródoto, Tucídides, Cícero, Plutarco e, na Idade Média, em João de Salisbury, Otto de Freising e Mateus de Paris. Essa percepção era feita em outras culturas de igual maneira, porém é seguro dizer que Burke inova ao elencar a necessidade do passado para a ordem, sentido e coerência no presente a nível social.

A sociedade é de fato um contrato. Contratos subordinados, para objetivos de mero interesse ocasional, podem ser dissolvidos à vontade; mas o Estado não deveria ser considerado nada mais do que um acordo de parceria em um comércio de pimenta e café, cita ou tabaco, ou algum negócio inferior assim, para ser tomado como uma pequena ocupação temporária e ser dissolvido conforme o capricho das partes. Deve ser encarado com outra reverência; porque não se trata de uma parceria em coisas subservientes apenas à grosseira existência animal de uma natureza temporária e perecível. É uma parceria em toda virtude e em toda perfeição. Como os fins dessa parceria não só entre os que estão vivos, mas entre os que morreram e os que ainda vão nascer. Cada contrato primitivo de sociedade eterna, ligando a natureza inferior com a superior, conectando o mundo visível ao invisível, de acordo com um pacto fixo sancionado pelo juramento inviolável que sustenta toda natureza física e toda natureza moral, cada qual em seu lugar determinado. Essa lei não está sujeita à vontade dos que, por obrigação acima deles, e infinitamente superior, são forçados a submeter sua vontade a ela. As corporações municipais desse reino universal não estão moralmente em liberdade para, conforme sua vontade, e sobre especulações de uma melhora contingente, separar por completo e romper os liames de sua comunidade subordinada e dissolvê-la num caos associal, incivil e desconectado de princípios elementares (BURKE, 2012, p. 272-273)

Não será necessário ressaltar muito: Edmund Burke tem um lugar considerável dentro da *história da historiografia*. Sua obra e sua carreira rodearam a história, que, para ele era a absoluta mestra da vida, a derradeira *mensageira da antiguidade*. Esta é a teoria burkeana da história.

Referências

- BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução na França*. 1. ed., Rio de Janeiro: Toop Books, 2012.
- _____. *The Works of Right Honorable Edmund Burke*, v. II, 3. ed., Boston: Little, Brown and Company, 1869.
- _____. *The Works of the right honorable Edmund Burke*, v. I. 5. ed., Londres: BOHN'S BRITISH CLASSICS., 1856.
- _____. *The Works of the Right Honorable Edmund Burke*, v. VII, 15. ed., Boston: Little, Brown and Company, 1877.
- _____. *The Works of the Right Honorable Edmund Burke*, v. X. 7. ed., Boston: Little, Brown and Company, 1881.
- _____. *The Works of the Right Honorable Edmund Burke*, v. XII. 5. ed., Boston: Little, Brown, and Company, 1877.
- BURKE, Edmund; BURKE, William. *An account of the European settlements in America*, v. I. 5. ed., Londres: J. Dodsley, 1770.
- BURKE, Peter. *O que é História cultural?* 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CARR, E. H. *What is History?* 2. ed., Londres: Penguin Books, 1990.
- DAWN, David; INSOLE, Christopher J., (orgs.). *The Cambridge Companion to Edmund Burke*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- KIRK, Russell. *Edmund Burke: redescobrimo um gênio*. São Paulo: É Realizações, 2016.
- LEVIN, Yuval. *O Grande Debate: Edmund Burke, Thomas Paine e o nascimento da Esquerda e da Direita*. 1. ed., Rio de Janeiro: Record, 2017.
- LOCK, F. P. *Edmund Burke, Volume I: 1730-1784*. 1. ed., Oxford: Clarendon Press, 1998.
- POCOCK, J. G. A. *Burke and the Ancient Constitution – A Problem in the History of Ideas*. *The Historic Journal*, v. 3, n. 2, 1960.
- _____. *The Political Economy of Burke's Analysis of the French Revolution*. *The Historical Journal*, v. 25, n. 2, junho de 1982.

SATO, Sora. *Edmund Burke as a Historian: War, Order and Civilization*. 1. ed., Palgrave Macmillan, 2018.

_____. *Vigour, Enthusiasm and Principles: Edmund Burke's views of European History*. *Modern Intellectual History*, n. 13, v. 2, 2016.

WESTON, John C. *Edmund Burke's view of History*. *The Review of Politics*, v. 23, n. 2, abril de 1961.

Artigo recebido em 15/02/2022 e aprovado para publicação em 01/04/2022

Como citar:

REBELLO, Hiago Maimone da Silva. Edmund Burke e a História. *Coletânea*. Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 115-158, jan./jun. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v21i41-2022-6> Disponível em: www.revistacoletanea.com.br